

# **População, desenvolvimento produtivo local e ambiente na Amazônia Brasileira: um estudo das comunidades ribeirinhas dos rios Arapiuns, Aruã e Maró<sup>^</sup>**

Vanessa Cardoso Ferreira<sup>\*</sup>

Roberto Luís de Melo Monte-Mór<sup>♦</sup>

**Resumo:** O modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia Brasileira foi classificado, por alguns autores, como periférico e voltado para fora. Produzir para exportar a partir de capitais externos inviabilizou a geração de cadeias produtivas articuladas, capazes de gerar investimentos em infraestrutura, educação, saúde e outros, nas regiões produtoras.

Apesar da forte presença da economia de mercado na Amazônia Brasileira, ela não foi capaz de incorporar a maior parte da sua população e/ou as principais atividades de reprodução da vida amazonense. Desse modo persistem práticas econômicas distintas daquelas típicas da produção capitalista (tais como, sistemas de trocas, compadrio, entre outras) e surgem novas formas de articulação sócio-econômica não-capitalistas.

O presente trabalho integra um esforço de tentar compreender como as populações das comunidades ribeirinhas dos Rios Arapiuns, Aruã e Maró (estado do Pará, Brasil) adotam formas alternativas de produção e a relação destas com o ambiente. As informações foram coletadas em uma missão de campo, ocorrida em junho de 2012.

Os resultados mostram que a economia popular e solidária pode ser vista como uma possibilidade de geração de formas alternativas de produção e reprodução nas comunidades ribeirinhas dos rios Arapiuns, Aruã e Maró, e mesmo em outras partes da Amazônia contemporânea. Cooperativas de produção e empreendimentos econômicos solidários se mostram como uma alternativa viável para a produção de farinha de mandioca, a pesca e o artesanato nessas comunidades. No caso do artesanato, a experiência do grupo TUCUMARTE já mostra os ganhos para a comunidade, ao passo que a maior organização da produção local foi capaz de gerar desdobramentos positivos, levar infraestrutura e renda, estimular uso consciente dos recursos florestais, além de viabilizar o turismo.

**Palavras-Chave:** População, desenvolvimento produtivo local, comunidades ribeirinhas amazônicas.

---

<sup>^</sup> “Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014”

<sup>\*</sup> CEDEPLAR/UFMG – va.cafes@gmail.com

<sup>♦</sup> CEDEPLAR/UFMG – monte-mor@cedeplar.ufmg.br

## **Introdução**

Este trabalho faz parte de um esforço de tentar compreender aspectos relacionados à demografia, às formas alternativas de produção e ao ambiente presentes no modo de vida das comunidades ribeirinhas dos Rios Arapiuns, Aruã e Maró, localizadas na região próxima à Santarém, no Estado do Pará, Amazônia Brasileira.

Assume-se uma visão de desenvolvimento que agregue as formas de produção e saberes tradicionais articuladas a processos de inovação capazes de fortalecer a economia local. Essa articulação poderia promover o desenvolvimento local numa lógica mais inclusiva, distributiva, eficaz, socialmente justa e ambientalmente responsável. Além disso, um desenvolvimento participativo seria capaz de gerar processos ambientalmente consistentes, dado que a necessidade de manutenção das condições para a reprodução contínua das comunidades atuaria no sentido do uso responsável.

A pesquisa pretende estudar melhor o desenvolvimento produtivo local, com foco nos fluxos relativos à produção. Nesse sentido, é um esforço de relacionar a produção local (para sustento, comercialização, trocas e para o consumo dos habitantes locais), com as condições demográficas e ambientais (atividades associadas à exploração e conservação de recursos florestais, pelos habitantes locais). As informações foram obtidas por meio de entrevista, com aplicação de um questionário semiestruturado aos informantes-chaves de cada comunidade.

As atividades do Projeto Saúde & Alegria – PSA – (também chamado de ONG Saúde e Alegria) se mostraram importantes para as comunidades, uma vez que tal ONG têm ajudado a desenvolver projetos ambientalmente responsáveis, que buscam a viabilidade social, econômica e ambiental seus territórios. De acordo com as informações coletadas em seu site, o PSA

[...] é uma instituição civil sem fins lucrativos que atua em comunidades tradicionais da Amazônia desenvolvendo programas integrados nas áreas de organização social, direitos humanos, meio ambiente, saúde, saneamento, geração de renda, educação, cultura e inclusão digital, visando melhorar a qualidade de vida e o exercício da cidadania. (PSA, 2014)

O PSA iniciou as suas atividades em 1987, em 16 comunidades da zona rural de Santarém, e a partir de 2000, aumentou a sua área de cobertura. Atualmente, atua em quatro municípios da região do Baixo-Médio Amazonas, Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti, oferecendo assistência a cerca de 30 mil. (PSA, 2014)

## **Formas alternativas de produção na Amazônia Brasileira**

O modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia foi periférico e voltado para fora. As medidas adotadas durante os ciclos econômicos da borracha, drogas do sertão, açúcar, entre outros, traduziram-se na ideia de produzir para exportar e não foram acompanhadas de ações que pudessem gerar investimentos, melhoras na infraestrutura, educação e saúde das regiões produtoras. Em resumo, essa ideia de gerar produção para a exportação foi incapaz (ou apenas marginalmente capaz) de gerar cadeias produtivas organizadas, aproveitando o valor dos recursos produzidos ou explorados na Amazônia.

Esse modelo de desenvolvimento não permitiu que a economia de mercado se estabelecesse concretamente na Amazônia. Apesar de a economia de mercado existir na Amazônia, ela, por suas características, não foi capaz de incorporar a maior parte da população da Amazônia e não conseguiu se incorporar nas principais atividades de reprodução da vida amazônica. Foi por essa razão que foram conservadas nessa realidade a ideias dos saberes locais e das atividades tradicionais.

Em todos os períodos da Amazônia, verificou-se a presença de práticas econômicas dissociadas daquelas típicas da produção capitalista, tais como, sistemas de trocas, compadrio, entre outros. Em alguns momentos, inclusive, os conhecimentos típicos da população local, os saberes locais, foram chamados a contribuir com a produção capitalista, uma vez que os grandes produtores não tinham conhecimento suficiente para se apropriar, de forma eficaz, das riquezas regionais. Foi dessa forma que a população local, comunitários, índios e ribeirinhos, em alguns momentos da história, foram convidados a fazer parte da exploração de recursos e dos processos produtivos.

Exemplo disso foi o período da agricultura em larga escala, na Amazônia, que

“não conseguiu instalar - se em função das características do ambiente. Ela veio a se metamorfosear numa economia extrativista peculiar, o extrativismo de coleta. Ali, num ecossistema de características únicas, sobre o qual o nativo era o único detentor de conhecimento, esse se transformava em trabalho (altamente) qualificado”. (Silva, Diniz e Ferreira, 2013, p.5)

Outro momento histórico em que isso ocorreu foi o do ciclo da borracha, onde o “caboclo foi o fator trabalho fundamental na busca do látex, agora, sob o sistema de controle da mão de obra do aviamento”. (Silva, Diniz e Ferreira, 2013, p.6).

A partir da década de 80 dá-se início a um movimento de organização de seringueiros, garimpeiros, pequenos agricultores, indígenas e ribeirinhos, ou seja, daqueles mais negativamente afetados pelo processo de desenvolvimento em curso. Esses atores passaram a se organizar e atuar em sua própria defesa.

Na década de 90, o foco passou a ser o da adoção de medidas de controle ao desmatamento, de incentivo as atividades extrativistas, de incorporação de produtos florestais ao mercado nacional e internacional, propostas de sistemas de manejos alternativos. É nesse contexto que as populações tradicionais (seringueiros, indígenas, etc.) passam a ser valorizadas e os seus conhecimentos considerados relevantes.

A partir dos anos 2000 esses processos se aceleram e se espalham ainda mais no contexto amazônico. O grande número de comunidades tradicionais, de reservas indígenas e de outras

organizações, além do elevado grau de “informalidade” dos trabalhadores, são exemplos de que as práticas tradicionais, oriunda dos antigos habitantes e adaptada entre as gerações, não abandonaram a Amazônia, e mais, se tornaram um modelo de resistência à economia capitalista de mercado. Assim, a Amazônia abriga atualmente uma grande diversidade de tempos, formas sociais e econômicas ligadas ao capital privado e internacional e, também, formas econômicas e sociais tradicionais na floresta e nas cidades, resistentes à lógica acumulativa e predatória.

Agora, mais do que nunca, é necessário criar um novo modelo de desenvolvimento para a região. Esse novo modelo deve se apropriar dessas diferentes formas sociais e econômicas que compõem o espaço amazônico. Nesse sentido, hoje, é por meio do conceito de *urbanização extensiva*, que é possível pensar um novo modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O conceito de *urbanização extensiva* foi proposto por Monte-Mór no início dos anos 90, como uma forma de sistematizar processos observados na fronteira amazônica (MONTE-MÓR, 1994). Nesses processos, o “tecido urbano se estendia rapidamente em função das necessidades da produção, em busca de recursos naturais e do trabalho que também se concentrava em nucleações urbanas” (Monte-Mór, 2011, p.176).

No capítulo V, do livro “*Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*”, publicado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGE), em 2011, Monte-Mór toca em pontos essenciais que poderiam servir de base para a construção desse novo modelo de desenvolvimento para comunidades das Reservas Extrativistas (Resex) contempladas no seu estudo. Pela relevância e abrangência de suas considerações, elas serão aqui retomadas e consideradas pertinentes para o conjunto de comunidades tradicionais para as quais o presente trabalho é voltado.

O primeiro deles diz respeito ao suporte que o urbano pode oferecer para comunidades localizadas na Amazônia. Segundo o autor,

o urbano, aqui entendido como as condições gerais de produção e de reprodução coletiva exigidas pela vida contemporânea, *representa também uma força sinérgica que pode contribuir ativamente para a mobilização comunitária, para sua consciência política e para o aumento da criatividade no uso e apropriação dos recursos com os quais pode contar. A praxis urbana pode gerar um sentido coletivo de pertinência e desalienação da comunidade a ponto de transforma-la em uma “comunidade para si”, consciente do seu espaço de vida e das suas condições locais de reprodução, além de contribuir para minimizar, racionalizar e organizar seus impactos antrópicos sobre o ecossistema onde habita, seu espaço vivenciado.* (Monte-Mór, 2011, p. 183). (Grifo próprio)

Nesse sentido cabe

[...] pensar a urbanização e a conseqüente modernização dos processos produtivos e reprodutivos nas Reservas Extrativistas implica, *não “desenvolver” as varias localidades, unidades, ou mesmo a região, mas, sim, identificar formas de “reenvolver” a população e seu espaço de vida com suas praticas tradicionais, mas agora fortalecidas com novos conhecimentos e tecnologias localmente apropriáveis* (com vistas a futura geração e autogestão de conhecimento), que permitam as comunidades avançar a partir das próprias bases locais em direção a maior valorização

dos seus produtos e do seu trabalho, bem como de seu próprio ‘empoderamento’, de modo a permitir que se inseriram mais dignamente nos processos decisórios e nos circuitos mercantis e de trocas regionais e globais. (Monte-Mór, 2011, p. 184). (Grifo próprio)

Para fortalecer a atuação das comunidades, o autor destaca a necessidade de estimular três questões essenciais: transporte, energia e comunicação. Essas três questões seriam capazes de elevar a produção, facilitar as conexões e integrações entre as comunidades, e entre elas e Santarém.

O segundo ponto refere-se à importância que o urbano pode oferecer na construção de uma identidade local, que poderia fortalecer a conscientização dos comunitários para que eles sejam sujeitos de sua história.

[...] o urbano é também, e principalmente, cidade, cidadania, coletividade. Deveria ser, de fato, uma “comunidade para si”. Para tanto, é fundamental a construção de sujeitos, que é o cerne do processo mesmo de modernidade. Ser moderno é ser sujeito de sua história. A cidade é, portanto, festa, poder, riqueza coletiva. (Monte-Mór, 2011, p. 189).

O novo modelo de desenvolvimento, construído a partir das ideias de Monte-Mór (2011) seria capaz de agregar as formas de produção e saberes tradicionais a processos de inovação, capazes de fortalecer e integrar o circuito inferior ao circuito superior da economia – circuitos definidos por Milton Santos (1979) em sua obra “*Espaço Dividido*”. Essa articulação poderia promover o desenvolvimento local numa lógica mais inclusiva, distributiva, eficaz, socialmente justa e ambientalmente responsável.

Nesse sentido, a economia popular e solidária pode ser vista como o embrião de atividades que podem gerar formas alternativas de produção e reprodução na Amazônia contemporânea, uma vez que se a mesma se caracteriza por práticas resistentes ao modelo capitalista de produção.

### **Comunidades Ribeirinhas dos Rios Arapiuns, Aruã e Maró**

As comunidades ribeirinhas dos Rios Arapiuns, Aruã e Maró localizam-se em uma região que apresenta comunidades antigas, algumas com mais de 150 anos. É uma região que, atualmente, vive conflitos devido à grilagem de terras e à apropriação irregular dos recursos naturais, principalmente exploração madeireira. Algumas dessas comunidades são indígenas, miscigenadas ou não (Escada et al., 2013, p.7).

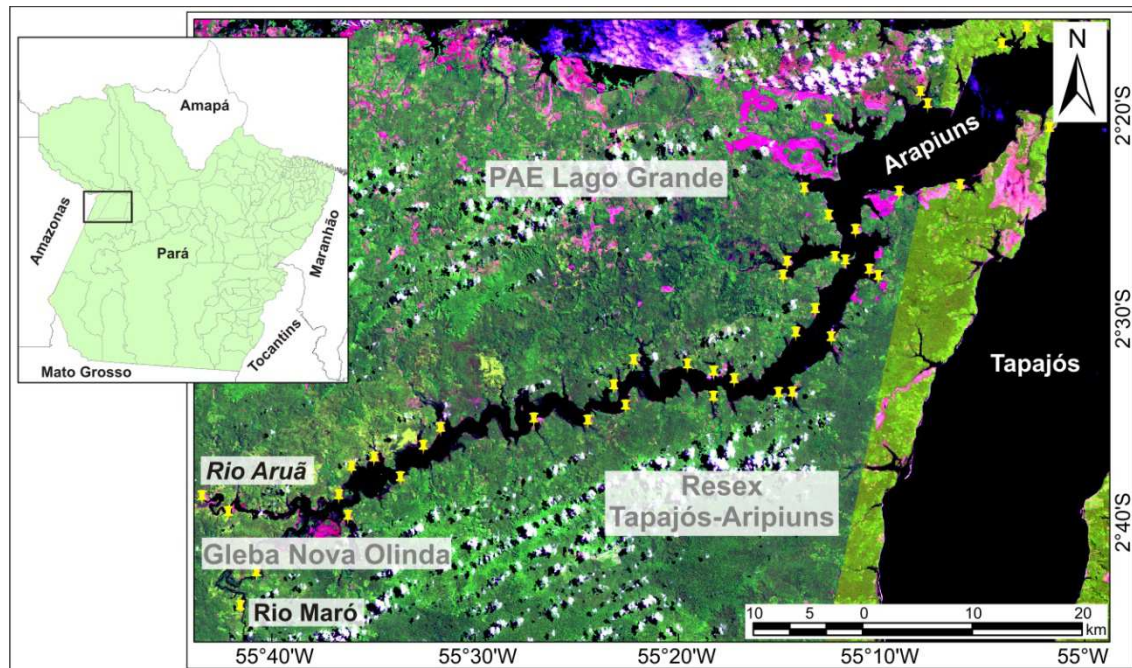
As informações aqui tratadas foram coletadas em uma missão de campo, ocorrida no período de 4 a 15 de junho de 2012.<sup>1</sup> O percurso realizado abrangeu aproximadamente 300 km, toda a

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem a colaboração de toda a equipe envolvida nessa missão de campo, e em especial, Maria Isabel Sobral Escada, Silvana Amaral, Ana Paula Dal’Asta, Fernanda da Rocha Soares, Pedro Ribeiro Andrade, Carolina Moutinho Duque de Pinho, Líliam César de Castro Medeiros, Vagner Luiz Camilotti e José Nazareno Araújo dos Santos.

extensão do Rio Arapiuns (aproximadamente 135 km) e parte de seus afluentes, nos trechos navegáveis dos rios Aruã e Maró. Na região estão áreas da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Lago Grande e da Gleba Nova Olinda. A Figura 1, a seguir, ilustra essa região.

**Figura 1: Localização da área de estudo**



Fonte: Escada et al, 2013, p. 7.

A equipe do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Projeto URBISAmazônia<sup>2</sup> que foi à essa missão de campo produziu um relatório, “*Infraestrutura, serviços e conectividade das comunidades ribeirinhas do Arapiuns, PA*”<sup>3</sup>, que descreve a área de estudo, a metodologia utilizada e aponta os resultados preliminares dos dados coletados em campo, bem como fornece ilustrações das comunidades visitadas.

O objetivo do trabalho de campo foi o levantamento das comunidades ribeirinhas dos rios Arapiuns, Aruã e Maró com a

[...] “finalidade de identificar e caracterizar as comunidades ribeirinhas em relação à disponibilidade e acesso aos equipamentos urbanos de infraestrutura, serviços de saúde, educação e transporte e, também aos serviços ecossistêmicos associados ao extrativismo vegetal e animal”. (INPE, 2013, p.6).

<sup>2</sup> Mais informações do projeto em <<http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php>>.

<sup>3</sup> Relatório disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3E2NF9P>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

A seguir encontra-se a Tabela 1, com as 49 comunidades visitadas, suas localizações e um mapa (Figura 2) da área de estudo.

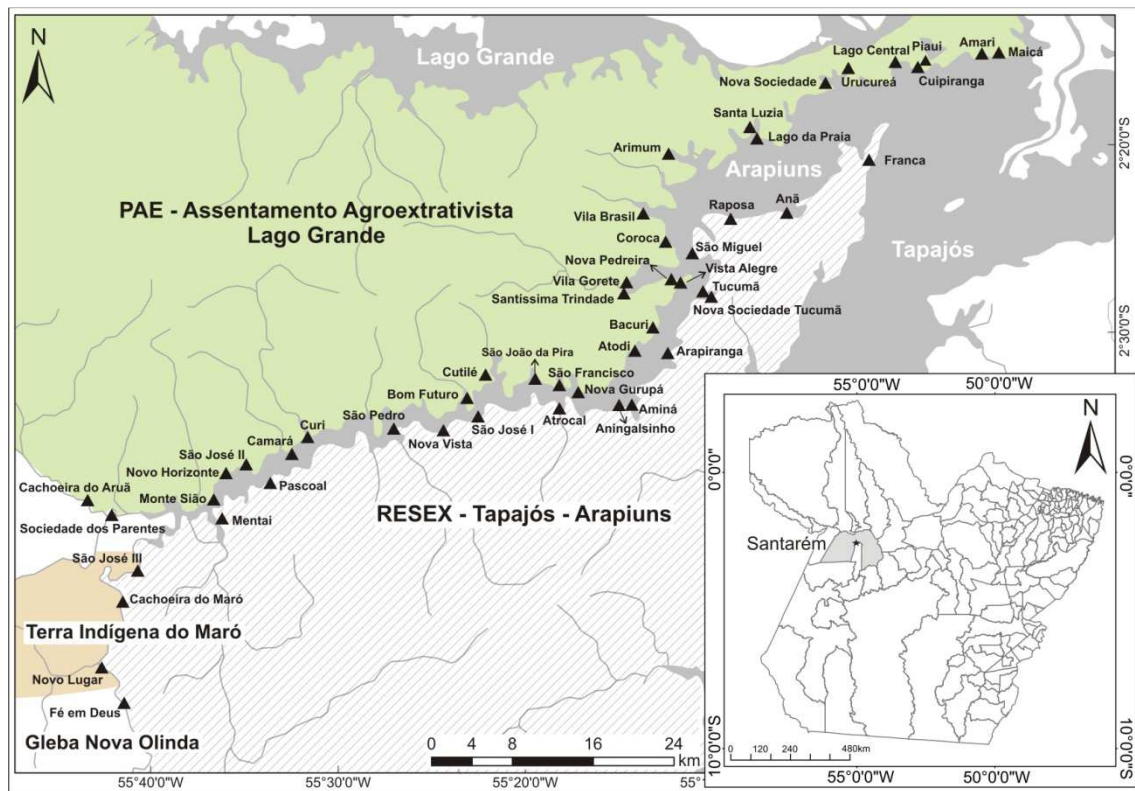
**Tabela 1: Comunidades visitadas nos Rios Arapiuns, Aruã e Maró – 2012.**

<b>Núcleo Populacional</b>	<b>Unidade</b>	<b>Rio</b>	<b>Tipo</b>
Amari	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Aminá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Aningalsinho	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Arapiranga	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Arimum	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Atodi	Resex Tapajós Arapiunis	Arapiuns	Comunidade
Atrocal	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Bacuri	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Bom Futuro	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Cachoeira do Aruã	PAE Lago Grande	Aruã	Comunidade
Cachoeira do Maró	TI do Maró	Maró	Aldeia
Camará	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Coroca	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Cuipiranga	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Curi	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Cutilé	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Fé em Deus	Gleba Nova Olinda	Maró	Comunidade
Lago Central	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Lagoa da Praia	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Maicá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Mentai	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Monte São	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Nova Gurupá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Nova Pedreira	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Nova Sociedade	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Nova Sociedade do Tucumã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Nova Vista	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Novo Horizonte	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Novo Lugar	TI do Maró	Maró	Aldeia
Pascoal	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Raposa	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Santa Luzia	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Santíssima Trindade	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
São Francisco	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
São João da Pira	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
São José I	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
São José II	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
São José III	TI do Maró	Maró	Comunidade
São Pedro	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Sociedade dos Parentes	Gleba Nova Olinda	Aruã	Comunidade
Tucumã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Urucureá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Vila Anã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Vila Brasil	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Vila Franca	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Vila Gorete	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Vila Piauí	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia

Vila São Miguel	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Vista Alegre	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

**Figura 2: Comunidades visitadas durante a Missão de Campo**



Fonte: Escada et al, 2012, p. 14.

Monte-Mór (2011), em sua visita de à Resex Tapajós-Arapiuns, ressaltou que essa região

“não depende de um ou dois únicos produtos de exportação, como a borracha e a castanha. Esses produtos não existem localmente e outros produtos já típicos do mercado capitalista nacional e internacional, como o açaí e a madeira, tampouco tem expressão na região. Ao contrário, as atividades locais são centradas nas roças de mandioca e outros produtos de consumo diário, com algumas novas experiências no campo da pesca, da apicultura, do artesanato e da movelaria. A integração da população com seu espaço de vida e de produção é longa e muito expressiva, tratando-se de uma economia de subsistência, de base extrativista tradicional. A população está nucleada em “vilas” e os espaços de produção os – “roçados” – em sua maioria, distantes alguns quilômetros das nucleações, cabendo a cada núcleo familiar cerca de 200 hectares, em média.” (Monte-Mór, 2011, p. 181).

Essas características, de modo geral, podem ser reproduzidas nas demais comunidades visitadas, as do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Lago Grande e da Gleba Nova Olinda.



As informações obtidas na missão de campo foram amplas, contemplando aspectos como:

1. A comunidade: origem, histórico, condições demográficas, renda, abastecimento e organização social;
2. Equipamentos e infraestrutura da comunidade: acesso a água, energia elétrica, saneamento, destino do lixo, comunicação (telefones, celulares, correios), transportes e serviços;
3. Saúde e Educação: equipamentos e atendimento;
4. Uso da terra: dinâmica e sazonalidade dos principais usos, organização das terras, extrativismo, atividade madeireira, mineração, agricultura, pecuária, apicultura, sistemas agroflorestais, uso de insumos agrícolas e de assistência técnica;
5. Bem estar: renda, festividades, segurança, divisão de trabalho, uso do tempo, participação nas decisões coletivas, acesso à informação
6. Uso de produtos extrativistas de origem animal e vegetal: uso de recursos como caça, peixe, frutas, castanhas, mel, plantas medicinais e látex.  
(Escada et al, 2013, pg. 10 e 11)

Entretanto, o presente estudo focará somente em algumas dessas questões, sobretudo as que relacionam a produção local (para sustento, comercialização, trocas e para o consumo dos habitantes locais), com as condições demográficas e ambientais (atividades associadas à conservação da floresta - recursos florestais explorados pelos habitantes locais).

As informações foram obtidas por meio de entrevista, com aplicação de um questionário semiestruturado aos informantes-chaves de cada comunidade, geralmente uma liderança local (presidentes das comunidades, caciques, agentes de saúde, professores, entre outros), mas em muitos casos várias pessoas participavam das entrevistas. (Escada et al, 2013, p. 11)

### **População Total**

A população total (número de habitantes) das comunidades visitadas varia consideravelmente, sendo que a comunidade menos populosa é a Vista Alegre, com 14 habitantes, e as mais populosas são as Comunidades Cachoeira do Aruã e São Pedro, as duas com 700 habitantes. Seguidas das comunidades mais populosas, estão as Comunidades Curi (650 habitantes), Mentai (com 588 habitantes), Vila Brasil (com 522 habitantes) e Vila Gorete (com 518 habitantes).

A soma da população total em todas as comunidades é de 10.659 habitantes e o valor médio para o total da população nas comunidades visitadas é cerca de 222 habitantes. As comunidades com maior número de habitantes são aquelas que possuem um maior grau de complexidade, sobretudo no que diz respeito ao setor de serviços.

A comunidade Cupiranga não soube informar o número de habitantes de sua comunidade, portanto, ela não foi contabilizada aqui. A Tabela 2 e o Gráfico 2 ilustram os comentários.

Foi observado, durante as entrevistas, que há grande fluxo de saída de jovens da comunidade, que se deslocam, principalmente, para Santarém, seja para finalizar seus estudos ou para trabalharem.

### Composição segundo o sexo

A análise dos dados permite observar que em 49% das comunidades existem mais mulheres que homens. Em 35% delas existem mais homens que mulheres e em 12% delas é possível observar a igualdade entre os sexos. (4% das comunidades não souberam informar sobre esse item).

As comunidades Cachoeira do Maró e Cupiranga não souberam informar (s.i.) qual sexo era mais frequente em sua comunidade. A Tabela 2 e o Gráfico 1 ilustram os comentários.

As informações relativas à composição segundo o sexo dos habitantes da comunidade foi obtida por meio de pergunta direta ao informante chave, que declarou qual sexo era mais frequente na sua comunidade.

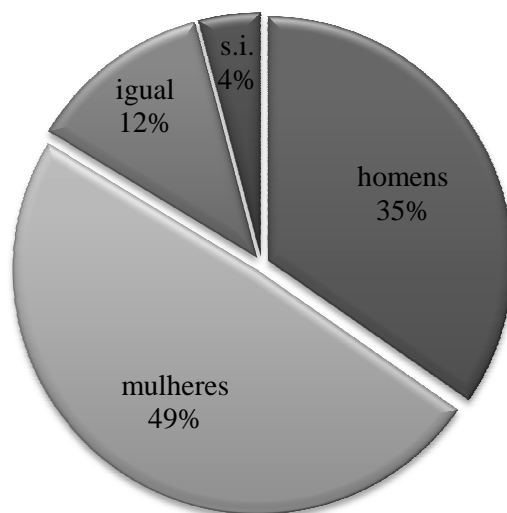
**Tabela 2: População total e composição segundo o sexo - Comunidades visitadas nos Rios Arapiuns, Aruã e Maró – 2012.**

Núcleo Populacional	População Total	Sexo mais frequente
Amari	106	mulheres
Aminá	380	homens
Aningalzinho	104	homens
Arapiranga	135	homens
Arimum	143	mulheres
Atodi	226	mulheres
Atrocal	282	mulheres
Bacuri	110	mulheres
Bom Futuro	180	homens
Cachoeira do Maró	165	homens
Cachoeira do Aruã	700	-
Camara	128	mulheres
Coroca	90	homens
Cuipiranga	-	-
Curi	650	mulheres
Cutilé	80	igual
Fé em Deus	235	homens
Gurupá	70	mulheres
Lago Central	85	mulheres
Lago da Praia	270	mulheres
Maicá	168	homens
Mentai	588	mulheres
Monte Sião	250	igual
Nova Pedreira	60	mulheres
Nova Sociedade	200	homens
Nova Sociedade do Tucumã	300	homens
Nova Vista	249	mulheres
Novo Horizonte	57	homens
Novo Lugar	172	mulheres
Pascoal	103	mulheres
Piauí	80	mulheres
Raposa	50	igual

Santa Luzia	200	homens
Santíssima Trindade	50	igual
São Francisco	150	mulheres
São João da Pira	60	mulheres
São José 1	86	homens
São José 2	91	homens
São José 3	99	mulheres
São Miguel	350	mulheres
São Pedro	700	igual
Sociedade dos Parentes	50	igual
Tucumã	277	mulheres
Urucureá	360	homens
Vila Anã	348	homens
Vila Brasil	522	homens
Vila Franca	368	mulheres
Vila Gorete	518	mulheres
Vista Alegre	14	mulheres

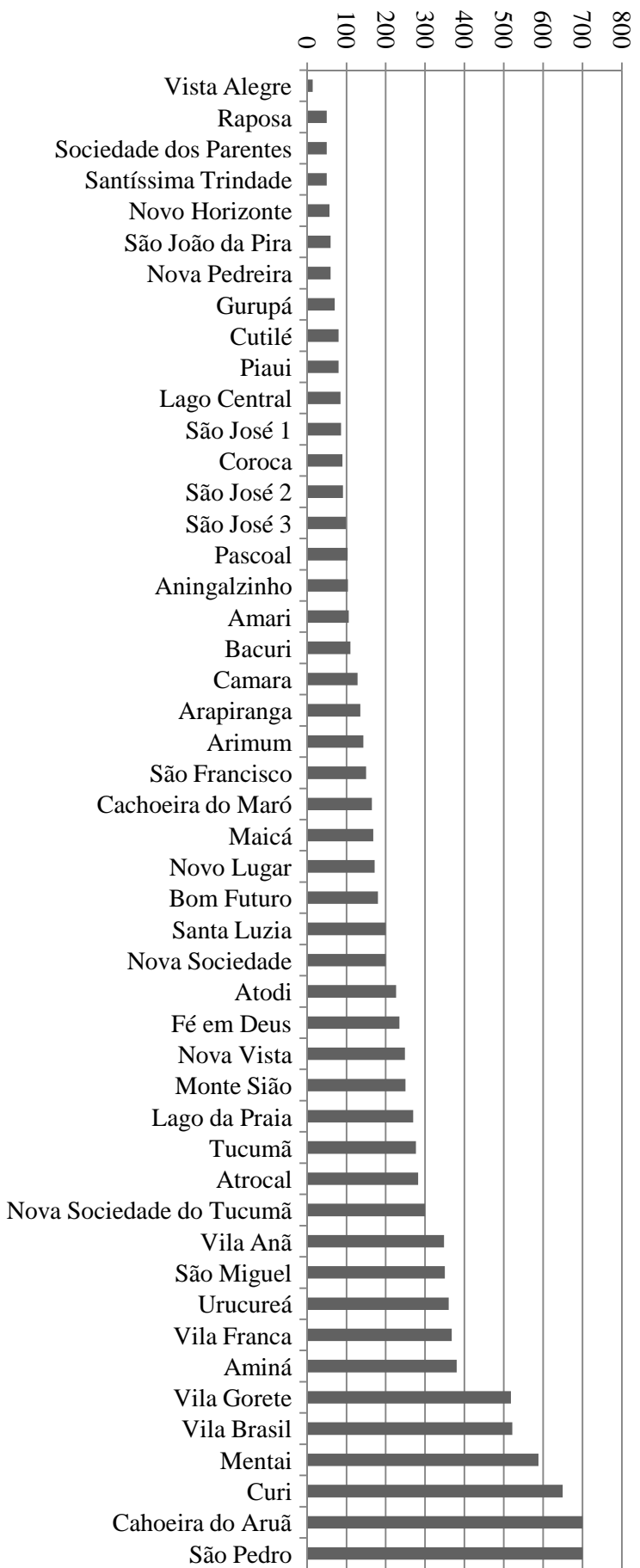
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

**Gráfico 1: Composição Segundo o Sexo – Comunidades Rios Arapiuns, Aruã e Maró - 2013**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

**Gráfico 2: População Total – Comunidades Rios Arapiuns, Aruã e Maró - 2013**



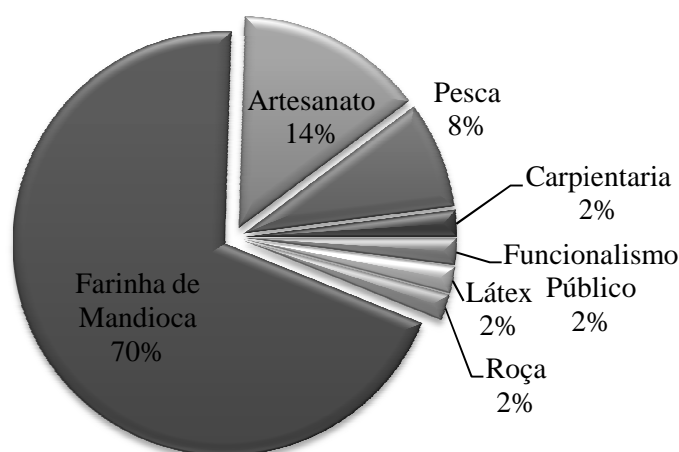
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

### Principais atividades geradoras de renda

Os dados coletados na missão de campo permitiram verificar que as principais atividades econômicas geradoras de renda nas comunidades ribeirinhas visitadas são a produção de farinha de mandioca (70% das comunidades a produzem), o artesanato (14% das comunidades o produzem), e a pesca (8% das comunidades a praticam). Vale ressaltar que a farinha está presente em todas as comunidades, mesmo não sendo apontada como a principal atividade econômica. (ESCADA et al., 2013, p.25). O Gráfico 3 ilustra os comentários acima.

**Gráfico 3**

### Principal atividade econômica geradora de renda na comunidade (%) - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Como pode ser observado, do total das comunidades ribeirinhas visitadas, 35 delas alegaram possuir como atividade econômica principal a produção de farinha de mandioca; 7 tem como atividade principal o artesanato, sendo que em duas delas (Vila Brasil e Urucureá) este é voltado para o trabalho com palhas de tucumã; 4 possuem como atividade principal a pesca; e apenas um município mencionou ter como atividade principal as seguintes atividades: carpintaria, funcionalismo público, exploração do látex e roça. (Tabela 3).

Nas comunidades onde a atividade econômica principal é a produção de farinha de mandioca, observa-se que existem mais comunidades em que há predominância do sexo feminino (50% das comunidades) do que do sexo masculino (35,3% das comunidades), e com igualdade entre os sexos apenas 14,7% do total.

Nas comunidades onde a atividade econômica principal é a pesca, há o mesmo percentual de comunidades em que há predominância do sexo feminino e do sexo masculino, 50% das

comunidades em cada sexo. Nessa categoria, não há comunidades com igualdade entre os sexos.

Nas comunidades onde a atividade econômica principal é o artesanato, observa-se que existem mais comunidades em que há predominância do sexo feminino (42,9% das comunidades) do que do sexo masculino (28,6% das comunidades), ou com igualdade entre os sexos (14,7% das comunidades). Nessa categoria, houve uma comunidade que não soube informar sobre a composição por sexo (14,7% das comunidades)

Embora as informações sobre a composição por sexo e principal atividades geradora de renda possam indicar que a produção de farinha e de artesanato estejam relacionadas com um maior número de mulheres nas comunidades, os relatos apontam que tanto mulheres quanto homens se dedicam às duas atividades, embora possa haver alguma especialização por sexo segundo tarefas consideradas “mais pesadas” e “mais leves”.

**Tabela 3**

<b>Atividade Econômica Principal por Comunidade Ribeirinha</b>					
<b>Farinha de Mandioca</b>	Vila Anã	Monte Sião	Novo Horizonte	São João da Pira	Tucumã
	Vila Franca	Sociedade dos Parentes	Nova Vista	Atrocal	Nova Sociedade do Tucumã
	Raposa	Mentai	Bom Futuro	Aminá	Vista Alegre
	Cachoeira do Maró	Pascoal	São Francisco	Atodi	Vila Gorete
	Fé em Deus	Camará	Gurupá	Bacuri	Santa Luzia
	Novo Lugar	São Pedro	São José I	Aningalzinho	Amari
	São José III	São José II	Cutilé	Arapiranga	
<b>Artesanato</b>			Curi		
			Nova Pedreira		
			Santíssima Trindade		
			Arimum		
			Cuipiranga		
			Vila Brasil		
<b>Pesca</b>			Urucureá		
			Lago da Praia		
			Piaui		
			Maicá		
		Novo Sociedade			

<b>Carpintaria</b>	São Miguel
<b>Funcionalismo Público</b>	Cahoeira do Aruã
<b>Látex</b>	Coroca
<b>Roça</b>	Lago Central

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

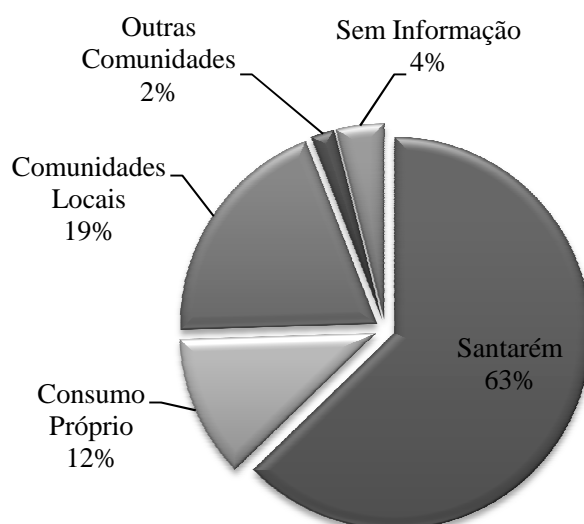
### Produção de farinha de mandioca

Do total das comunidades visitadas, 12% delas produzem a farinha apenas para o consumo próprio, 19% a produz para o consumo e venda entre as comunidades próximas (locais), 2% a produz para o consumo e venda de outras comunidades (mais distantes, e que não fazem parte do conjunto de comunidades visitadas) e 67% produz a farinha para vender para Santarém (cidade polo), e 4% das comunidades, não forneceram informação com relação ao destino da produção da farinha de mandioca. (Gráfico 4)

A venda da farinha pode ser feita pelos próprios produtores ou por atravessadores (ESCADA et al., 2013, p.23), estes geralmente vão até as comunidades e compram os sacos de farinha, para depois revender em Santarém. Entretanto, a venda de farinha para atravessadores não é uma prática que gera bons retornos para os produtores, uma vez que o preço pago por saco de farinha, nesse caso, não é muito elevado.

**Gráfico 4**

### Porcentagem de comunidades por destino da produção de Farinha de mandioca - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

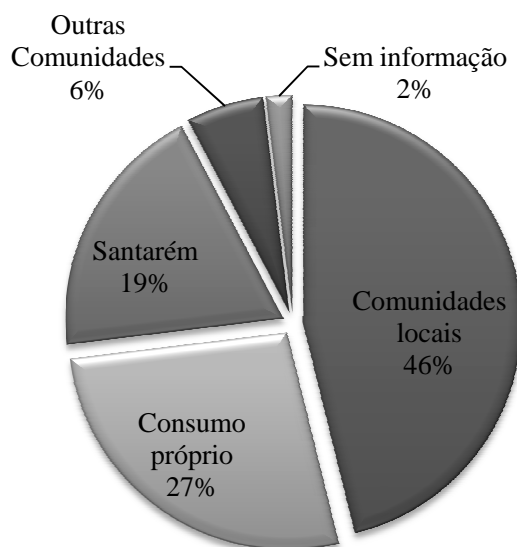
Essas informações deixam clara a importância da atividade de produção da farinha nessas comunidades. Como integrante fidedigna da cesta de consumo dos habitantes locais, a farinha é requisita, pelo menos, em uma das suas refeições diárias. Fica indicada a necessidade de se criar formas inovadoras de produção e distribuição desse produto na região, pois na maioria das vezes os produtores locais saem prejudicados pelas transações comerciais hoje em curso na região. Uma opção interessante poderia ser a criação de uma cooperativa de produção de farinha nas comunidades ribeirinhas da região, com sedes distribuídas em todas elas, mas com a produção comercializada em conjunto.

### **Pesca**

Embora a pesca só tenha sido indicada como atividade econômica principal por quatro comunidades, ela é praticada em todas as comunidades visitadas. Os dados mostram que em 46% das comunidades visitadas o destino da pesca é para o consumo e venda nas comunidades locais, 27% para o consumo próprio, 19% para Santarém e 6% para outras comunidades (ou seja, comunidades que não fazem parte do conjunto visitado), e, 2% das comunidades não forneceram informações sobre o destino da pesca. (Gráfico 5)

**Gráfico 5**

**Porcentagem de comunidades por destino da pesca - 2012**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Como pode ser observado, ao contrário da produção da farinha de mandioca, a pesca é praticada mais no intuito de atender a uma demanda local, seja para o consumo próprio, seja



para o consumo e venda nas comunidades locais. Ela é, portanto, uma atividade importante para o sustento das famílias ribeirinhas.

A atividade da piscicultura já foi incentivada a partir de projetos desenvolvidos pelo Projeto Saúde e Alegria e pela prefeitura de Santarém. Em quatro comunidades (justamente as que apontaram a pesca como atividade econômica principal) chegaram a ser iniciados projetos de criação de peixe, mas ao término do projeto, em algumas delas, os habitantes locais abandonaram por completo a atividade, ou por falta de assistência técnica direta dessas entidades, ou pelo fim do fornecimento, por parte da prefeitura, de ração para os peixes.

Parece haver uma falha no que diz respeito à incorporação efetiva da atividade de criação de peixe nessas comunidades, de modo que ela possa ter um caráter contínuo. Um problema associado ao modo de implementação desses projetos é o caráter assistencialista dos mesmos.

Para se buscar um projeto de caráter sustentado para as comunidades, é interessante que sejam criados mecanismos de incorporação dos saberes locais com as tecnologias adotadas nessa atividade, de modo a gerar inovações capazes de gerar benefícios para a comunidade. Se os comunitários se apropriarem dos meios de produção para a criação de peixes, eles serão capazes de dar continuidade à atividade sem a necessidade de assistência técnica ou de fornecimento de materiais. Um exemplo disso poderia ser a produção de ração para peixe, produzida com os recursos dos próprios rios, ou seja, com material local e de fácil acesso para os comunitários. Tudo, incentivando o uso consciente dos recursos.

Novamente, uma sugestão para a questão da criação de peixes seria a criação de uma cooperativa ou de algum empreendimento econômico solidário, que conseguisse atuar em toda a extensão dos rios, da nascente até a foz no Rio Tapajós. Desse modo, todas as comunidades poderiam ser beneficiadas da produção conjunta e, além disso, possíveis problemas com relação à criação de peixes poderiam ser evitados (tais como concorrência por espaços, redução dos peixes em pontos mais próximos à foz, etc.).

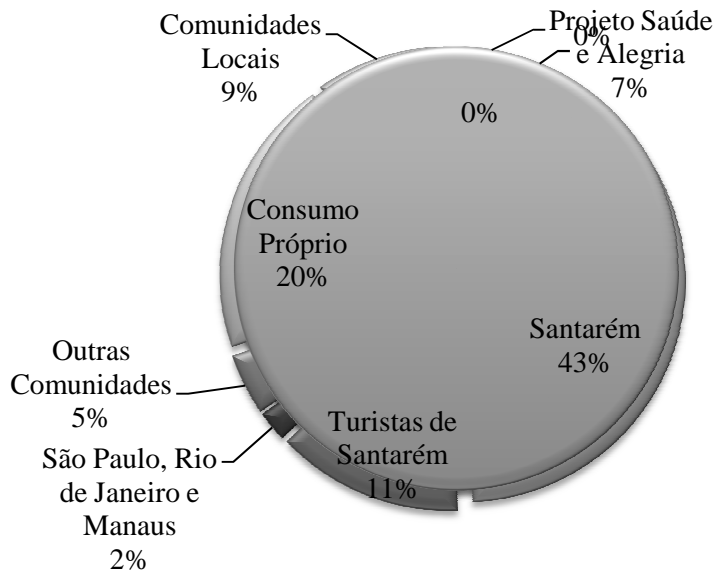
### **Artesanato**

Apesar de aparecer apenas em sete comunidades como principal atividade econômica, a produção de artesanato está presente em 39 das 49 comunidades visitadas.

Os dados mostram que das comunidades que produzem artesanato, em 43% delas o artesanato é vendido para Santarém, em 20% delas o destino é o consumo próprio, em 11% delas ele é vendido para os turistas que vem de Santarém até as comunidades, em 9% o destino é as comunidades locais, 7% delas vendem o artesanato para o PSA, 5% vendem para outras comunidades e 2% vendem diretamente para São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus. (Gráfico 6)

**Gráfico 6**

**Porcentagem de comunidades por destino do artesanato - 2012**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Vale destacar que o PSA incentiva a produção de artesanato local com artefatos, “técnicas locais específicas e material coletado e processado em cada comunidade” (Escada et al, 2013, p.26), como fibras e pigmentos que são utilizados para os trançados e que são extraídos da floresta de forma sustentável.

Com o apoio do PSA, são comercializados produtos de artesãos e artesãs nas comunidades ribeirinhas da região de Santarém, bem como nessa cidade. Esses produtos recebem a marca de “Tramas & Cores, Artesanato da Amazônia” e “transformaram uma atividade tradicional em uma oportunidade de geração de renda, resgatando saberes e habilidades e valorizando a identidade cultural”. (PSA, 2014)

As comunidades que participam desse projeto e que fazem parte do conjunto de comunidades do presente estudo são: Vila São Miguel, Arimum, Urucureá, Vila Brasil e Vila Gorete. A outra comunidade que também integra o projeto, mas que não está incluída nesse estudo é a Vila Amazonas (localizada na margem direita do Rio Amazonas). Em cada uma dessas comunidades, os artesãos e artesãs estão organizados em grupos e desenvolvem coletivamente os seus produtos. (PSA, 2014)

Especificamente em Urucureá existe um grupo de produção de artesanato com palhas de tucumã, que recebe o nome de TUCUMARTE, a produção desse grupo gera renda para as famílias, o que ajuda no sustento delas. Como já ressaltado, o grupo recebe a ajuda do PSA, que incentiva a organização comunitária, o comércio justo e maior consciência ambiental. O

grupo conta, inclusive, com uma página na rede social *Facebook*<sup>4</sup> para divulgação da atividade e para facilitar encomendas de produtos.<sup>5</sup>

A produção das peças de artesanato do grupo TUCUMARTE foi certificada, em 2007, pelo Conselho de Manejo Florestal Internacional (em inglês: *Forest Stewardship Council* – FSC). Essas peças, além de comercializadas localmente, são vendidas para São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus.

Outra atividade importante que é incentivada pelo PSA e que, embora não seja o foco do presente estudo, merece ser mencionada, devido, principalmente, à sua interlocução com o artesanato nessas comunidades, é o turismo.

O PSA promove e organiza viagens ligadas ao Ecoturismo e elas são realizadas incentivando processos participativos de desenvolvimento integrado nas comunidades, envolvendo práticas econômicas solidárias e sustentáveis (PSA, 2014). Essas atividades são realizadas, principalmente, nas comunidades Arimum e Atodi. Em Atodi, foi realizada a construção de uma pousada, cujo projeto arquitetônico levava em consideração tanto a tradição sócia cultural quanto construtiva do local, se propondo a ser uma construção sustentável.

No pacote dos viajantes estão incluídos passeios pela floresta, banho de rio, a oportunidade de comer peixe assado na praia, além de conhecer a cultura, as tradições e o modo de vida do povo ribeirinho da Amazônia (PSA, 2014). Nesses passeios, os viajantes têm, ainda, a oportunidade de conhecer o artesanato local e as suas etapas de construção, bem como de comprar peças. Entre os visitantes, estão brasileiros e estrangeiros.

### **Recursos Florestais**

Com relação à exploração dos recursos florestais, os dados coletados na missão de campo mostram que 11% das comunidades visitadas coletam látex da floresta; 88% exploram a madeira; 48% coletam castanha; 74% coletam açaí e 96% coletam frutas (das florestas ou de pomares, plantados aos arredores das casas pela própria comunidade). Apenas a comunidade Bacuri declarou não coletar frutas.

A Tabela 4, a seguir, mostra as comunidades que declararam ou não explorar os produtos supracitados.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/media/set/?set=a.217939201561656.53636.202322806456629>>. Acesso: 25 fev. 2014.

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo TUCUMARTE ver matéria disponível em: <<http://redemocoronga.org.br/2009/10/20/tucumarte-tradicao-cultura-e-arte/>>

**Tabela 4**

<b>Exploração de Recursos Florestas por Comunidade</b>					
	<b>Látex</b>	<b>Madeira</b>	<b>Castanha</b>	<b>Açaí</b>	<b>Frutas</b>
Amari	não	sim	sim	sim	sim
Aminá	não	sim	sim	sim	sim
Aningalzinho	sim	sim	sim	sim	sim
Arapiranga	não	sim	não	sim	sim
Arimum	não	sim	não	sim	sim
Atodi	não	sim	sim	sim	sim
Atrocal	sim	sim	sim	sim	sim
Bacuri	não	sim	não	não	não
Bom Futuro	não	sim	sim	sim	sim
Cachoeira do Maró	não	sim	sim	sim	sim
Cachoeira do Aruã	não	sim	sim	sim	sim
Camara	não	sim	não	não	sim
Coroca	sim	não	não	não	sim
Cuipiranga	não	sim	não	não	sim
Curi	não	sim	sim	sim	sim
Cutilé	não	sim	sim	sim	sim
Fé em Deus	não	sim	sim	sim	sim
Gurupá	não	não	não	sim	sim
Lago Central	não	sim	não	não	sim
Lago da Praia	não	sim	não	não	sim
Maicá	não	sim	sim	sim	sim
Mentai	não	sim	sim	sim	sim
Monte São	não	sim	sim	sim	sim
Nova Pedreira	não	não	não	sim	sim
Nova Sociedade	não	não	não	não	sim
Nova Sociedade do Tucumã	não	sim	não	sim	sim
Nova Vista	não	sim	sim	sim	sim
Novo Horizonte	não	sim	sim	sim	sim
Novo Lugar	não	sim	sim	sim	sim
Pascoal	não	sim	sim	sim	sim
Piauí	não	sim	não	não	sim
Raposa	não	sim	sim	sim	sim
Santa Luzia	sim	sim	não	não	sim
Santíssima Trindade	não	sim	não	sim	sim
São Francisco	não	não	sim	sim	sim
São João da Pira	não	sim	sim	sim	sim
São José 1	sim	sim	sim	sim	sim
São José 2	não	sim	não	sim	sim
São José 3	não	sim	não	sim	sim
São Miguel	sim	sim	não	sim	sim
São Pedro	não	sim	sim	sim	sim
Sociedade dos Parentes	não	sim	sim	sim	sim

Tucumã	sim	sim	não	sim	sim
Urucureá	não	sim	não	não	sim
Vila Anã	sim	sim	não	sim	sim
Vila Brasil	sim	sim	não	sim	sim
Vila Franca	sim	sim	não	não	sim
Vila Gorete	sim	sim	não	sim	sim
Vista Alegre	não	sim	não	não	sim

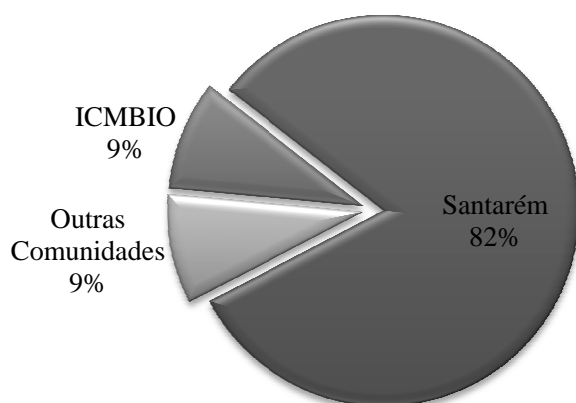
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Com relação ao destino dado ao látex coletado, observa-se que em 82% das comunidades ele é destinado à Santarém; 9% delas vendem o látex para outras comunidades (que não fazem parte do conjunto estudado) e 9% delas o entrega diretamente ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), que atua como intermediário, comprando a produção dos ribeirinhos. (Gráfico 7)

A exploração do látex varia de 40 a 1050 kg por mês, dependendo da comunidade, e Vila Franca produz sozinha, em média, cerca de duas toneladas por mês.

**Gráfico 7**

**Porcentagem de comunidades por destino do látex - 2012**



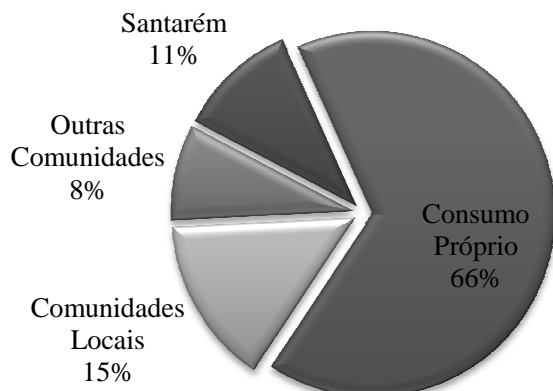
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Com relação à madeira, 66% das comunidades a utilizam para o consumo próprio, 15% a coletam para o consumo e/ou venda em comunidades locais, 11% a vendem a Santarém e 8% a coletam para consumo e/ou venda para outras comunidades. . (Gráfico 8)

A maior exploração de madeira citada foi em Nova Vista, onde são coletados 5m<sup>3</sup> de madeira por mês. Em geral, a madeira é coletada de forma a atender à demanda das famílias para construção de casas, móveis, entre outros artigos.

**Gráfico 8**

**Porcentagem de comunidades por destino da madeira - 2012**



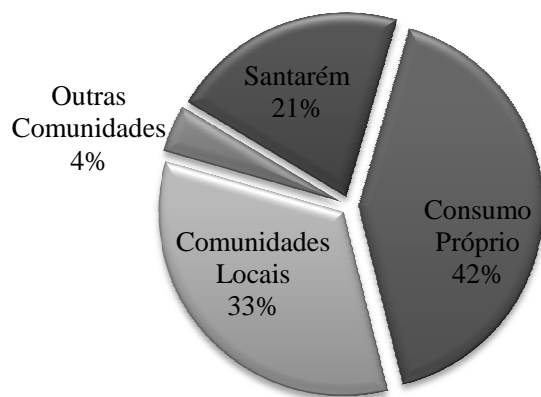
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

No que diz respeito à castanha, observa-se que 42% das comunidades utilizam a castanha para consumo próprio, 33% a utilizam para consumo e venda nas comunidades locais, 21% delas vendem a castanha coletada para Santarém e apenas 4% a vendem para outras comunidades.

A maior parte da castanha coletada detectada foi em Nova Vista, que coletou 1 tonelada de castanha em 2011, as demais comunidades que coletam castanha chegam a coletar entre 30 e 50kg de castanha em cada safra e não são muitas as famílias que se dedicam a essa atividade.

### Gráfico 9

#### Porcentagem de comunidades por destino da castanha - 2012



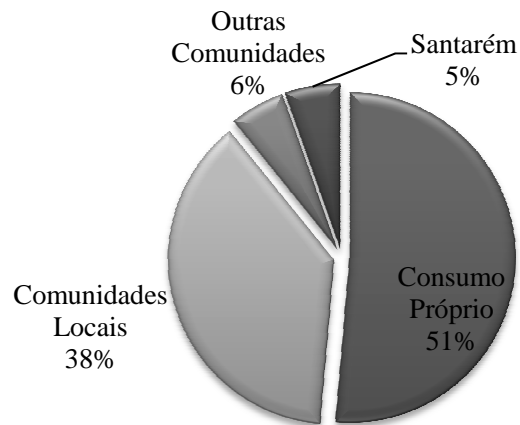
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Com relação ao açaí, é possível observar que 51% das comunidades estudadas utilizam o açaí coletado para o consumo próprio, 38% delas o utilizam como meio de troca ou o vendem para as comunidades locais, 6% delas o utilizam como meio de troca ou o vendem para outras comunidades e apenas 5% delas o vendem em Santarém.

Nota-se que o uso desse produto é majoritariamente local. Apenas Bom Futuro declarou coletar 1 tonelada por safra, nas demais comunidades a coletoras de açaí o valor fica em torno de 3 a 750 kg por ano.

## Gráfico 10

### Porcentagem de comunidades por destino do açaí - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

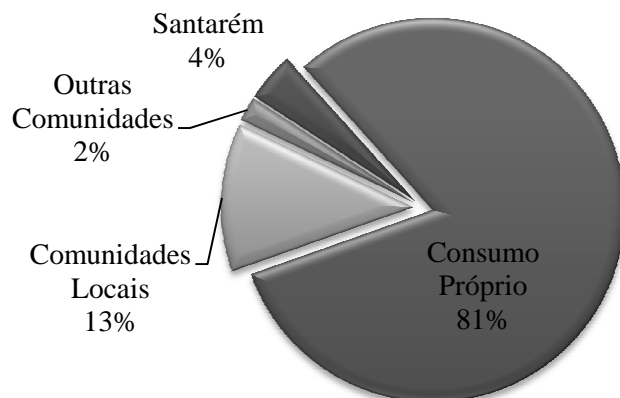
Com relação ao destino das frutas coletadas nas comunidades, observa-se que 81% das comunidades as usam para o consumo próprio, 13% delas as usam para o consumo e/ou venda em comunidades locais, 4% das comunidades as vendem para Santarém e apenas 2% delas as usam para a venda a outras comunidades. A coleta de frutas, nas comunidades, fica em torno de 20 e 180 kg.

Entre as frutas relatadas pelas comunidades encontram-se: açaí, açaí-branco, bacaba, buriti, cupuaçu, inajá, ingá, muruci, pajurá, patuá, pupunha, taperebá, tucumã, uxi, entre outros.



**Gráfico n.º11**

**Porcentagem de comunidades por destino das frutas - 2012**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

**Produção agrícola**

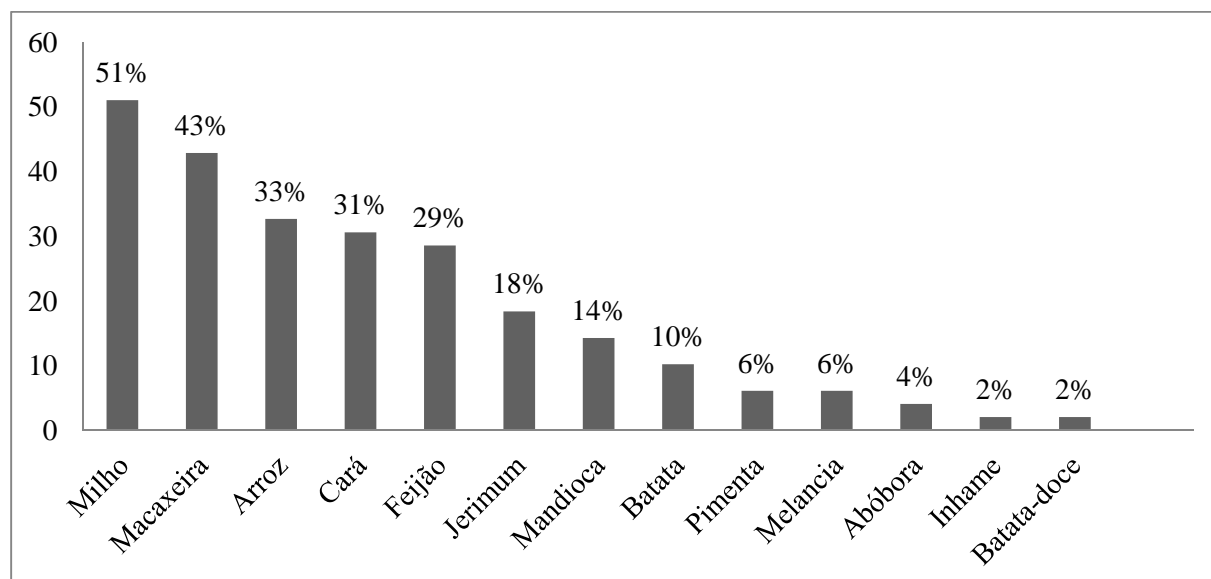
Em todas as comunidades foi verificada a produção agrícola, como fonte de sustento das famílias, e todas elas declararam produzir pelo menos um dos itens perguntados.

Algumas comunidades adotam o sistema de consórcio, sendo que ele está presente em 35% do total de comunidades. As comunidades que adotam o sistema de consórcio, não declararam produzir os itens que aparecem no Gráfico 12. Os municípios que fazem parte do consórcio são: Novo Lugar, São José III, Sociedade dos Parentes, Mentai, São José II, Novo Horizonte, Curi, São José I, Cutilé, São João da Pira, Atrocal, Aninhalzinho, Arapiranga, Tucumã, Vila Goreti, Nova Sociedade e Amari.

Como pode ser observado o item alimentício mais produzido nas comunidades é o milho, uma vez que 51% das comunidades delas declararam produzi-lo. Em seguida está a produção da macaxeira, 43% das comunidades produzem esse item. Logo depois vem o arroz, sendo produzido em 33% das comunidades, o cará em 31% e o feijão em 29% delas. O Gráfico 12, a seguir, mostra os itens produzidos e o percentual de comunidades que os produzem.

**Gráfico 12**

**Percentual de comunidades por produtos agrícolas- 2012**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

A tabela a seguir mostra os itens que são produzidos em cada comunidade. Apenas as comunidades Pascal e Gurupá produzem abóbora; apenas a comunidade Camará produz inhame; apenas a comunidade Atodi produz bata-doce. As comunidades Vila Anã, Aminá e Lago da Praia são as únicas que produzem pimenta. A melancia é produzida apenas por Bacuri, Piauí e Lago Central.

**Tabela 5**

Itens da produção agrícola por comunidade								
	Arroz	Feijão	Milho	Macaxeira	Jerimum	Cará	Batata	Mandioca
Aminá	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não
Arimum	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não
Atodi	não	não	sim	sim	não	sim	não	não
Bacuri	não	não	sim	não	não	não	não	não
Bom Futuro	não	não	sim	sim	sim	sim	sim	não
Cachoeira do Maró	sim	sim	sim	não	sim	não	não	não
Cahoeira do Aruã	sim	sim	não	não	não	não	não	sim
Camara		sim	sim	não	não	não	não	não
Coroca	não	não	sim	não	não	não	não	não
Cuipiranga	não	sim	sim	sim	não	não	não	sim
Fé em Deus	sim	sim	sim	não	não	não	não	não
Gurupá	não	sim	sim	sim	não	sim	não	não

Lago Central	não	sim	sim	não	não	não	não	não
Lago da Praia	não	não	sim	sim	não	sim	não	sim
Maicá	não	sim	sim	sim	sim	não	não	não
Monte São	não	não	sim	não	não	não	não	não
Nova Pedreira	não	não	não	sim	não	não	não	não
Nova Sociedade do Tucumã	não	não	sim	sim	sim	sim	não	não
Nova Vista	sim	sim	sim	sim	sim	não	não	não
Pascoal	sim	sim	sim	não	sim	sim	não	não
Piauí	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não
Raposa	sim	não	não	não	não	não	não	sim
Santa Luzia	não	não	não	sim	não	não	não	não
Santíssima Trindade	não	sim	sim	sim	não	não	não	não
São Francisco	não	sim	sim	sim	sim	sim	não	não
São Miguel	não	não	sim	sim	sim	sim	não	sim
São Pedro	sim	não	não	sim	não	sim	não	não
Urucureá	sim	não	não	sim	não	sim	não	sim
Vila Anã	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não
Vila Brasil	não	sim	sim	sim	não	não	não	não
Vila Franca	não	sim	sim	não	sim	não	não	sim
Vista Alegre	não	não	não	não	não	sim	não	não

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

#### Outros itens relevantes

A atividade da pecuária foi observada em 59% das comunidades, ou seja, em 29 delas. Apesar dessa presença, essa atividade é utilizada basicamente para o consumo próprio, ou para o sustento das comunidades locais, sendo pouco expressiva para geração de renda. Do total das comunidades que praticam a pecuária, em 47% a finalidade dessa atividade é o carneiro, em 44% delas o gado é criado para o corte, e em 9% delas o gado é criado para a produção do leite. Com relação ao destino do gado criado, as declarações mostram que das comunidades que criam gado, 52% delas o utilizam para o consumo próprio, seja para corte, para o carneiro ou para a produção de leite; 24% o criam para vender para outras comunidades; 14% delas criam o gado para a venda à Santarém; e, 10% das comunidades os vendem para as comunidades locais.

Com relação à caça, outro item de destaque na cultura ribeirinha, observa-se que todas as comunidades a praticam e essa atividade foi considerada de elevada importância pela maioria delas. A caça é praticada apenas para o consumo próprio (73%) e para o consumo e/ou venda nas comunidades locais (27%), ela não é vendida nem para outras comunidades, nem para Santarém. Embora seja uma prática considerada relevante, ela não é constantemente praticada e nem todas as famílias se dedicam a ela. Muitos comunitários declararam recorrer à caça quando falta o peixe, e outros alegaram que a praticam quando querem variar o cardápio. (Escada et al, 2013, p. 49).

Existem ainda outros itens que foram citados pelas comunidades como de relevância considerável. Alguns deles possuem potencial gerador de renda, e sua exploração, coleta, criação ou cultivo poderiam ser incentivados. A castanha de caju é coletada por 22% das comunidades; a criação de galinha é realizada por 16% das comunidades; 12% das comunidades coletam mel na floresta; 8% das comunidades se dedicam à criação de mel; 6% das comunidades coletam o leite de sucuba; 4% delas se dedicam à fabricação de barcos; e 2% delas trabalham com homeopatia e com coco e derivados, produzem Pimenta do Reino, criam porco e coletam camarão para as empresas de cosméticos Natura e Avon.

Vale ressaltar que não foram relatadas práticas de mineração em nenhuma das comunidades visitadas.

### **Considerações finais**

As reflexões apresentadas nesse trabalho se apresentam como uma tentativa de trabalhar as ideias que podem ajudar na construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, que tenha como motivador a promoção de um desenvolvimento local numa lógica mais inclusiva, distributiva, eficaz, socialmente justa e ambientalmente responsável.

A forma de produção e reprodução das comunidades ribeirinhas dos rios Arapiuns, Aruã e Maró foi aqui descrita no intuito de fornecer sugestões que poderiam gerar um desenvolvimento mais participativo e que fosse capaz de gerar processos que se traduzissem em ações contínuas, em uso responsável dos recursos, em participações mais conscientes dos comunitários e que fossem capazes de gerar real melhoria de vida para a população local.

A economia popular e solidária é vista como uma possibilidade de geração de formas alternativas de produção e reprodução nessas comunidades, e na Amazônia contemporânea. Isso só é possível porque a economia popular e solidária visa à incorporação práticas resistentes ao modelo capitalista de produção e com propostas mais flexíveis e inclusivas que se encaixam muito bem no perfil das comunidades tradicionais da Amazônia.

A população total das comunidades visitadas varia consideravelmente, sendo que a comunidade menos populosa é a Vista Alegre, com 14 habitantes, e as mais populosas são as Comunidades Cachoeira do Aruã e São Pedro, as duas com 700 habitantes. A população conjunta de todas as comunidades é de 10.659 habitantes e o valor médio para o total da população nas comunidades visitadas é cerca de 222 habitantes. As comunidades com maior número de habitantes são aquelas que possuem um maior grau de complexidade.

A análise da composição por sexo das comunidades mostrou que em 49% das comunidades há mais mulheres que homens (49%) e que em apenas 12% o número de homens e mulheres é igual.

Os dados coletados permitiram verificar que as principais atividades econômicas geradoras de renda nas comunidades ribeirinhas visitadas são a produção de farinha de mandioca (70% das comunidades a produzem), o artesanato (14% das comunidades o produzem), e a pesca (8% das comunidades a praticam).

Embora as informações sobre a composição por sexo e principal atividades geradora de renda possam indicar que a produção de farinha e de artesanato estejam relacionadas com um maior número de mulheres nas comunidades (em 50% das que produzem farinha e 42,9%, das que produzem artesanato há mais mulheres que homens), os relatos apontam que tanto mulheres quanto homens se dedicam às duas atividades, embora possa haver alguma especialização por sexo segundo tarefas consideradas “mais pesadas” e “mais leves”. Nesse sentido, para obter informações mais apuradas seriam necessárias mais informações sobre as atividades desenvolvidas por homens e mulheres.

Como pode ser visto no estudo, as cooperativas de produção e empreendimentos econômicos solidários se mostram como uma alternativa viável para a produção de farinha de mandioca, para a pesca e para o artesanato nas comunidades ribeirinhas dos rios Arapiuns, Aruã e Maró.

No caso do artesanato, as experiências do Projeto “Tramas & Cores, Artesanato da Amazônia” e do grupo TUCUMARTE já mostram os ganhos para as comunidades que delas fazem parte, ao passo que a maior organização da produção foi capaz de gerar desdobramentos positivos, levar infraestrutura e renda, além de estimular o turismo. Além disso, a produção de artesanato está associada ao turismo ecológico – principalmente nas comunidades Arimum e Atodi. O que indica que as comunidades que se dedicam a essa atividade, estão assumindo atitudes mais preocupadas com a manutenção e preservação do ecossistema no entorno delas.

Ainda com relação a esse item, foi observado que as comunidades Vila Brasil e Urucureá, que produzem artesanato com palha de tucumã, são relativamente populosas e possuem localização estratégica, com fácil escoamento do produto.

O sucesso do grupo TUCUMARTE indica que um modelo similar poderia ser adotado nas atividades de produção de farinha de mandioca e cultivo de peixe, produtos essenciais na cesta de consumo dos habitantes locais. O cultivo de farinha de mandioca e a criação de peixes também poderiam ser estimulados com a inclusão de novas tecnologias e com a apropriação de práticas tradicionais (saberes locais), que poderiam ser revertidos em novas metodologias de uso da terra e exploração do território, com o uso consciente dos recursos.

Também foi observado que os vários itens coletados na floresta (por exemplo, açaí, madeira e castanha) servem basicamente para o sustento das famílias e das comunidades locais. Nesse sentido, seria interessante a incorporação de novas tecnologias de exploração, que poderiam tornar a sua exploração mais eficaz, sustentável e rentável para as comunidades locais.

A caça, considerada de elevada importância pela maioria das comunidades, é praticada apenas para o consumo próprio, não é constantemente praticada e nem todas as famílias se dedicam a ela. Os ribeirinhos alegaram praticá-la quando há falta de peixe ou quando desejam variar o cardápio.

A pecuária é utilizada basicamente para o consumo próprio, para o sustento ou transporte das comunidades locais, sendo pouco expressiva para geração de renda.

## Referências

- Escada, M. I. S., Dal’asta, A. P., Soares, F. R., Andrade, P. R., Pinho, C. M. D., Medeiros, L. C. C., Camilotti, V. L., Dos santos, J. N. A., Ferreira, V. C., Amaral, S. (2013), *Infraestrutura, serviços e conectividade das comunidades ribeirinhas do Arapiuns, PA*. São José dos Campos: INPE. (sid.inpe.br/mtc-m19/2013/04.29.14.32-RPQ). Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3E2NF9P>>, acesso em 28 de agosto de 2013.
- Fernandes, Raquel (2009), Tucumarte: Tradição, cultura e arte. Disponível em: <<http://redemocoronga.org.br/2009/10/20/tucumarte-tradicao-cultura-e-arte/>>, acesso em 15 de março de 2014.
- INPE, (2013), “Relatório Técnico de Atividade de Campo – Projeto URBISAMAZÔNIA e Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima”, in: *Infraestrutura, Serviços e Conectividade das Comunidades Ribeirinhas do Arapiuns, PA*. INPE, São José dos Campos, 2013.
- Monte-Mór, R. L. M. (1994), “Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental”, in: Santos, M. et al.(Eds.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 169-181.
- Monte-Mór, R. L. M (2011), “Formas e processos urbanos nas Reservas Extrativistas da Amazônia”, in: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: CGEE.
- PSA, (2014). *Projeto Saúde e Alegria*. Disponível em: <<http://www.saudeealegria.org.br/>>, acesso em 15 de março de 2014.
- Silva, Harley, Diniz, Sibelle, Ferreira, Vanessa Cardoso, (2013). “Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará”. In: *XV Encontro da ANPUR – ENANPUR*, Recife - PE.
- TVCULTURA, (2013). *Grupo Tucumarte, em Urucureá, no Pará, garante o sustento de moradores locais com a venda de trabalhos em cestaria*. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/reportereco/grupo-tucumarte-em-urucurea-no-para-garante-o-sustento-de-moradores-locais-com-a-venda-de-trabalhos-em-cestaria-1>>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.
- URBISAmazônia (2010). *Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O urbano extensivo e os circuitos da economia: o papel das redes na construção dos lugares e na configuração multi-escala do urbano amazônico. Apontamentos para um Diálogo com as Políticas Públicas Climáticas e Ambientais para a Região*. Coordenação INPE e ITV-DS. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php>>, acesso em 13 de março de 2014.